



MENTE DIALÓGICA

senso comum e ética

**IVANA
MARKOVÁ**

Tradução
de Lílian Ulup

**PUCPRESS**

 **Fundação Carlos Chagas**



MENTE DIALÓGICA

senso comum e ética

IVANA MARKOVÁ

Tradução de
Lilian Ulup

 *Fundação Carlos Chagas*

 **PUCPRESS**

Curitiba
2018

Título original: *The Dialogical Mind - Common Sense and Ethics*
2016, Cambridge University Press. Tradução autorizada.

Direitos para edição brasileira
©2017, Ivana Marková
2017, PUCPRESS
1ª reimpressão; 2018

Este livro, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

**Pontifícia Universidade Católica do Paraná
(PUCPR)**

Reitor
Waldemiro Gremski

Vice-Reitor
Vidal Martins

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Paula Cristina Trevilatto

Conselho Editorial
Auristela Duarte de Lima Moser
Cílene da Silva Gomes Ribeiro
Eduardo Biacchi Gomes
Evelyn de Almeida Orlando
Jaime Ramos
Léo Peruzzo Júnior
Rodrigo Moraes da Silveira
Ruy Inácio Neiva de Carvalho
Vilmar Rodrigues Moreira

Impressão
Reproset Indústria Gráfica

PUCPRESS

Coordenação
Michele Marcos de Oliveira

Editor
Marcelo Manduca

Editores de arte
Solange Freitas de Melo Eschípio

Administrativo
Larissa Conceição

Preparação de texto
Susan Cristine Trevisani dos Reis

Revisão
Camila Fernandes de Salvo
Susan Cristine Trevisani dos Reis

Capa e diagramação
Rafael Matta Carnasciali

Projeto Gráfico
Solange Freitas de Melo Eschípio

Tradução
Lilian Ulup

Fundação Carlos Chagas
Coordenação da tradução
Adelina Novaes

PUCPRESS / Editora Universitária Champagnat
Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar
Campus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR
Tel. +55 (41) 3271-1701 / pucpress@pucpr.br

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Giovanna Carolina Massaneiro dos Santos - CRB 9/1911

Marková, Ivana
M346m Mente dialógica : senso comum e ética / Ivana Marková; tradutora, Lilian
2017 Ulup. – Curitiba : PUCPRESS, 2017.
316 p. ; 23 cm

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-68324-91-2

1. Sociologia do conhecimento. 2. Representações sociais. 3. Análise do diálogo. I. Título.

18-006

CDD 20. ed. – 302.42

Jan Špála, falando sobre seu quadro “*Dobrodružství poznávání*”, [A aventura de conhecer], 1968:

Não concebo o universo como pontos fixos de estrelas, mas antes como um redemoinho de corpos cósmicos, cuja massa consiste em um turbilhão de átomos e de sua inter-relação de forças. Nos meus quadros, tento expressar a realidade dinâmica íntima no nosso entorno. Não pinto, portanto, algo abstrato ou irreal, mesmo que, à primeira vista, assim possa parecer a um observador desavisado.

Nechápu vesmír jako pevné body hvězd, ale jako víření kosmických těles, hmotu pak jako víření atomů a jako vztahy sil. V obrazech se snažím vyjádřit vnitřní dynamickou skutečnost kolem nás, nejsou tedy něco abstraktního a nereálného, i když tak snad povrchnímu pozorovateli na první pohled připadají.

Para Iša, Pavel e Sacha

Meus mais sinceros agradecimentos à Fundação Carlos Chagas por ter propiciado a tradução deste livro para a língua portuguesa, permitindo a publicação de sua edição brasileira, bem como sua divulgação para além dos limites europeus.

Ivana Marková

Sumário

Prefácio e agradecimentos	11
Nota à edição brasileira	15
Figuras	17
Introdução	19
Parte I: Pensamento e conhecimento “superior” e “inferior”	27
1. Do <i>mythos</i> e irracionalidade ao <i>logos</i> e à racionalidade	35
2. Em direção ao senso comum de Giambattista Vico	65
3. Senso comum nas ciências humanas e sociais	93
Conclusão da Parte I	121
Parte II: Dialogicidade como uma epistemologia da vida cotidiana e das práticas profissionais	127
4. A ética das relações Ego-Alter-Objeto	135
5. Confiança epistêmica	171
6. Responsabilidade epistêmica	203
7. A mente dialógica nas práticas profissionais	235
Conclusão da Parte II	271
Referências	275

Prefácio e agradecimentos

Ao longo de minha carreira como cientista social, meu interesse primeiro tem sido o estudo do pensamento e de suas manifestações na linguagem. Antes de chegar ao Reino Unido, vinda da Checoslováquia em 1967, trabalhei no campo da psicologia cognitiva. De acordo com a herança filosófica e cultural dos pensadores centro-europeus como Herder, Humboldt e Hegel, e dos psicólogos russos como Vygotsky e Rubinstein, eu considerava o pensamento e a linguagem como fenômenos sociais. Quando cheguei ao Reino Unido, descobri que linguagem e pensamento eram estudados prioritariamente como capacidades individuais. Então pensei – “um país diferente significa uma cultura diferente” –, estou no campo errado. Não deveria estar na psicologia cognitiva, mas na social. Assim sendo, candidatei-me a um cargo de professora de psicologia social na Universidade de Stirling. E dei-me conta de que em psicologia social, também, o indivíduo era o principal interesse de estudo; investigações dos fenômenos sociais derivavam-se das capacidades individuais. Não entendia por que a psicologia social concebia o indivíduo como a base para o estudo do pensamento e da linguagem e envolvi-me em uma longa batalha para compreender essa questão. No livro *Paradigms, Thought and Language* (1982), cotejei as epistemologias cartesiana e hegeliana e seus reflexos na psicologia do pensamento, da linguagem e da ação. Esse estudo resolveu apenas parcialmente meu problema: a psicologia social seguia o modelo de pensamento cartesiano e não o hegeliano.

Durante os anos 80, duas importantes abordagens socialmente orientadas surgiram no cenário, quase que simultaneamente: o dialogismo de Mikhail Bakhtin, descoberto pelos estudiosos ocidentais, e a teoria das representações sociais de Serge Moscovici, o que garantiu uma abordagem em psicologia social baseada na interdependência entre o Ego e o(s) Outro(s) ou o Ego-Alter¹. Essas duas abordagens forneceram um fundamento teórico para o desenvolvimento

¹ O Ego-Outro(s) ou o Ego-Alter são constructos teóricos fundamentais neste livro. Portanto, toda vez que eu os uso com maiúsculas, estou me referindo às relações de interdependência entre o Ego e o Outro(s) ou o Ego e o Alter. Se aparecem entre aspas e em minúsculas, é porque mantive as letras minúsculas originais. Da mesma forma, uso minúsculas quando não estou me reportando a constructos teóricos.

de uma perspectiva social – ou dialógica – para o estudo do pensamento, da linguagem e da ação. Após muita reflexão, tentei esclarecer e desenvolver vínculos entre essas duas abordagens, o que discuti em *Dialogicality and Social Representations* (2003a).

O fim do Comunismo na Europa central e nos países do Leste europeu e o estudo de problemas de pessoas com incapacidades de comunicação levaram-me a examinar empiricamente, juntamente com meus colegas, as características dialógicas e éticas do pensamento cotidiano. Essas questões constituem a base do meu principal argumento no presente livro sobre a *Mente dialógica: Senso Comum e Ética* (*The Dialogical Mind: Common Sense and Ethics*). A epistemologia do pensamento cotidiano, da linguagem e da ação não se origina na informação “neutra”, que se processa no indivíduo, mas na ética da dialogicidade. Retrospectivamente, constato que nos meus três livros persegui intuitivamente o mesmo problema: uma luta contínua para entender a interdependência entre o Ego e os Outros, tanto no pensamento, quanto na linguagem e na ação, em suas perspectivas históricas e culturais.

Apreendi muito sobre dialogicidade com meus colegas envolvidos com os cuidados e pesquisas sobre a surdocegueira congênita. Gostaria de agradecer às seguintes pessoas do grupo de trabalho da Rede Internacional sobre Comunicação e Surdocegueira Congênita: Marlene Daelman, Paul Hart, Marleen Janssen, Flemming Ask Larsen, Anne Nafstad, Inger Rødbroe, Jacques Souriau e Ton Visser. E mais, a Franck Bearteu e Gunnar Vege, tanto quanto a outros estudantes que nos forneceram *insights* muito interessantes sobre a surdocegueira. Agradeço ao *Signo Kompetansesenter* de Oslo pelo fato de ter-me permitido reproduzir fotografias (Figuras 7.1 e 7.2) e possibilitado fazer referência aos conteúdos baseados no DVD *Traces*. Agradeço igualmente à família de Ingerid pela permissão para o uso de dados da pesquisa de Gunnar Vege. Ele mesmo me permitiu transcrever extensos trechos de sua tese de mestrado; e também chamou minha atenção para uma questão que me havia escapado.

Um grupo de estudo sobre senso comum iniciado por Martin Bauer e por mim na *London School of Economics and Political Science* nos deu oportunidades para debates sobre senso comum e ciência com Jorge Jesuino, Helene Joffe, Sandra Jovchelovitch, Nikos Kalampalakis, Cliodhna O’Connor, Chris Tennant e outros.

Apresentei alguns dos aspectos deste livro nas conferências de Londres, Zurique, São Paulo, Évora, Louvain, Neuchâtel, Nápolis e Helsinki, e em palestras para estudantes de pós-graduação da *London School of Economics and Political Science*.

Gostaria de agradecer à Dra. I. S. Marková pela leitura e releitura de todo o texto; ela chamou minha atenção para inconsistências teóricas, desequilíbrios estruturais e falta de clareza; corrigiu meu inglês e forneceu algumas referências. Claro que quaisquer erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

Também sou grata a Alex Gillespie que leu todo o manuscrito e sugeriu algumas mudanças tipográficas e correções. Discuti muitas questões com Per Linell, que me alertou sobre aspectos do livro que poderiam ser mal-entendidos.

Comecei este trabalho durante o período de minha bolsa como professora emérita, concedida pela Leverhulme Trust, e quero agradecer seu generoso apoio que me possibilitou completar os estudos empíricos sobre confiança e responsabilidade.

Desde 2007, sou professora visitante no Departamento de Psicologia Social na *London School of Economics and Political Science* e beneficiei-me da atmosfera amigável e inspiradora de todos os meus colegas e estudantes de pós-graduação.

Agradeço à Kodl Gallery de Praga pela permissão para reproduzir a pintura de Jan Špála - *Dobrodružství poznávání - The adventure of knowing*, por mim comprada na galeria.

A Figura 4.5, *The Toblerone model*, foi originalmente publicada em Bauer, M. W. & Gaskell, G. (1999). *Towards a paradigm for research on social representations*; *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 29: 163-186. Copyright © 1999 por John Wiley & Sons, Inc. Reimpressa com a permissão de John Wiley & Sons, Inc.; As Figuras 4.6 e 5.1 são tomadas de Zittoun, T. (2014), "Trusting for learning", pp. 134 e 145, In: P. Linell & I. Marková, (2014) (eds.). *Dialogical Approaches to Trust in Communication*, Charlotte: Information Age Publishers. Copyright © 2014 pela Information Age Publishing, Inc. Reimpressas com a permissão da Information Age Publishing, Inc.; As Figuras 6.1 e 6.2 foram reimpressas com a permissão de 123RF.

Agradeço a Hetty Marx, Carrie Parkinson, Janka Romero e Mary Catherine Bongiovi da Cambridge University Press por sua paciência com meu lento progresso para escrever este livro e por suas gentis recomendações.

Nota à edição brasileira

Desde 1998, Ivana Marková tem participado como conferencista em encontros científicos no Brasil e mantido contato com pesquisadores brasileiros, tornando-se uma referência entre nós. Sua obra, marcada por profunda discussão epistemológica, constitui contribuição essencial para a psicologia e, por conseguinte, para a educação, em particular, ao teorizar a dialogicidade como um fundamento do pensar e do agir humanos.

No entanto, até o presente, somente um de seus livros tinha sido difundido em língua portuguesa². Ao tomar contato com “The Dialogical Mind: Common Sense and Ethics”, publicado por Cambridge University Press, vi a oportunidade de ampliar a divulgação de sua contribuição no Brasil, antes mesmo de o livro ter sido impresso na Inglaterra.

Apesar de encerrar intenso interesse acadêmico, o projeto precisava de apoio para a realização da tradução. Foi com a identificação por parte da Fundação Carlos Chagas da relevância da publicização desta obra em nosso contexto que o livro é publicado como uma iniciativa do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação, com a honrosa chancela da Cátedra Franco-Brasileira Serge Moscovici. Sou imensamente grata à instituição e ao estímulo de Angela Arruda, Clarilza Prado de Sousa, Lúcia Villas Bôas e Sandra Jovchelovitch que, acompanhado da generosidade de Ivana Marková, em ceder sua obra, foram essenciais para levar tal empreitada a cabo.

No decorrer do projeto, a coordenação da tradução se complexificou, visto que a densidade, a erudição e a originalidade do texto de Ivana Marková requeria uma competência singular para verter a obra para a língua portuguesa. Esse foi um trabalho dedicado, que se esforçou em garantir a coerência terminológica e o uso acertado de conceitos e constructos de abordagens filosóficas, estudos da linguagem e teorias psicológicas. Tal tarefa minuciosa ficou a cargo de Lilian Ulup, psicóloga experiente, com domínio da teoria das representações sociais, e conhecedora de línguas estrangeiras que, com o

² A obra “Dialogicidade e Representações Sociais: as dinâmicas da mente”, publicada em 2006, pela Editora Vozes.

esmero que lhe era característico, o fez primorosamente. Sua lamentável e repentina partida antes da publicação deste livro deixou a todos os envolvidos no trabalho profundamente entristecidos e nos fez querer registrar este singelo agradecimento à admirada profissional e a amiga querida de muitas de nós.

A presteza, a atenção e o cuidado de Keiti de Barros Munari e Cláudia Terra fizeram-se notar, desde os momentos iniciais de nosso plano. Foi, sobretudo, graças a elas o término da publicação no prazo previsto!

Finalizado o projeto, esquivo-me nas breves palavras desta nota, do risco de apresentar a obra de Ivana Marková, deixando na leitura e na interpretação vivazes dos colegas brasileiros a minha expectativa de ter contribuído, ao trazer este livro para nosso âmbito nacional, para a constante ampliação das discussões em representações sociais.

Adelina Novaes

Coordenadora do CIERS-ed

Figuras

Figura 1.1 - As neurociências na mídia	47
Figura 4.1 - Múltiplas relações entre Ego-Alter	150
Figura 4.2 - A força do compromisso Ego-Alter-Objeto	158
Figura 4.3 - O Ego-Alter-Objeto de desejo	164
Figura 4.4 - Comunicação parassocial na nova mídia	166
Figura 4.5 - O modelo de Toblerone do Ego-Alter-Objeto	167
Figura 4.6 - O prisma semiótico	168
Figura 5.1 - Confiança nas interações ensino-aprendizagem	190
Figura 5.2 - Triângulo dialógico rompido	196
Figura 6.1 - A Torre de Londres com a exposição de 888.246 papoulas de cerâmica	215
Figura 6.2 - <i>Je suis Charlie</i>	216
Figura 6.3 - Sistema burocrata eficaz	225
Figura 6.4 - O caso do hospital de Mid Staffordshire	227
Figura 7.1 - Relações dinâmicas entre diálogos exterior e interior	243
Figura 7.2 - (01:10) Um amplo sorriso acompanhado de um som vocal, como de felicidade	245

Introdução

1. Uma virada dialógica

O diálogo tornou-se um conceito central em diversas perspectivas teóricas nas ciências humanas e sociais, tanto quanto em práticas profissionais como educação, saúde, terapias e aconselhamento, entre outras. Desde que o conceito de diálogo domina o discurso nesses campos, eles usualmente denominam-se “dialógicos”. Alguns estudiosos até mesmo sugeriram que estamos testemunhando uma virada dialógica não só nas ciências humanas e sociais, mas na sociedade mais ampla. A principal pressuposição das perspectivas dialógicas é que a mente do Ego e as mentes dos Outros são interdependentes na criação do sentido das realidades sociais, nas interpretações do passado, experienciando o presente e imaginando o futuro. Tais realidades sociais multifacetadas estão situadas na história e na cultura e as abordagens dialógicas estudam-nas de diversos modos. Algumas focam o desenvolvimento de relações pacíficas entre seres humanos, sua compreensão intersubjetiva e aspirações por relações harmoniosas na vida cotidiana, na política e nas profissões; outras exploram confrontos entre participantes e grupos e estratégias com as quais eles negociam suas posições. Outras ainda se inspiram na nova mídia, como os vários gêneros da internet. Todas essas formas de comunicação expressam vozes e ideias heterogêneas – contribuindo para o apelo da “virada dialógica”. Tal apelo tem sido apoiado pelos tremendos avanços tecnológicos que possibilitam a alta qualidade na gravação de vozes, na produção de vídeos de interações e na digitalização de dados gravados e de vídeos. Esses avanços também auxiliam a refinar investigações nas análises da conversação, em várias espécies de análises do discurso, estudos de entrevistas, narrativas e grupos focais, entre outros. Além disso, as traduções em muitas línguas dos estudos de Lev Vygotsky sobre linguagem e pensamento e do dialogismo de Mikhail Bakhtin despertaram o interesse internacional em relação às abordagens dialógicas.

2. O que são abordagens dialógicas?

Todas as abordagens que, hoje em dia, são chamadas de “dialógicas” enfatizam a linguagem *como* diálogo (mais do que como um sistema de sinais), a conversação e a comunicação (ao invés de mera transmissão de informações) e colocam em primeiro plano a interação entre o Ego e os Outros. No mais, são amplamente divergentes. Originam-se de diversas tradições teóricas e direcionam sua atenção para uma gama de assuntos distintos. Para mim, entre elas, a abordagem mais significativa baseia-se no “dialogismo existencial” e no “princípio dialógico”, derivada da tradição filosófica neokantiana influenciada pelo cristianismo, pela filosofia hegeliana e pelo judaísmo (e.g. Buber, 1923/1962; Cohen, 1907/1977; Rosenstock-Huessy, 1924; Rosenzweig, 1921/1971). Segundo essa abordagem, o “princípio dialógico” estabelece-se e mantém-se por meio do discurso e da comunicação. Expressa as experiências de vida das pessoas, suas emoções e interesses, tanto quanto cria seu senso de realidade social.

Outras abordagens dialógicas têm sua origem nos antigos diálogos socráticos e platônicos (e.g. Hart & Tejera, 1997). Bernard Williams (1985) vai além, com base na tese de Sócrates de que, por intermédio do diálogo, os homens são guiados para uma vida racional e ética. Outras ideias dialógicas ainda fazem apelo à fenomenologia e à hermenêutica dos séculos XIX e XX. Enfatizam o papel da experiência cotidiana, da polifonia da linguagem no diálogo, do estudo do Ego, da Ética e das interpretações analisadas do conhecimento socialmente partilhado. As abordagens dialógicas também se inspiraram no pragmatismo, e.g. pelo foco de William James nas relações Ego-Outro, e pelas ideias de George Herbert Mead sobre conversação por gestos e intersubjetividade. A racionalidade e a ação comunicativa de Habermas (1981/1984, 1981/1987) também inspiraram perspectivas dialógicas (e.g. Jovchelovitch, 2007).

Considerando o leque de tradições das quais as abordagens dialógicas são herdeiras, não é de surpreender que estudiosos tenham desenvolvido diversas visões, segundo as quais aquelas abordagens deveriam ou não ser chamadas de “dialógicas”. Enquanto alguns deles adotam uma perspectiva mais ampla, outros restringem o dialogismo a posições especializadas. Por exemplo, em *Rethinking Language, Mind, and the World Dialogically*, Per Linell (2009, p. xxix, e também pp. 8 e 420) afirma explicitamente que adota uma abordagem ecumênica em relação às teorias dialógicas. Sua perspectiva inclui diversas abordagens relacionadas, tanto quanto outras não diretamente relacionadas, à linguagem, à cognição e à

comunicação, o que compreende a fenomenologia, o pragmatismo, o interacionismo simbólico, várias espécies da análise do discurso e as teorias socioculturais; algumas delas referem-se a abordagens dialógicas, enquanto outras não. Apesar dessa ampla gama de possibilidades, Per Linell argumenta que essas perspectivas compartilham certas visões sobre as atividades e os processos de construção e criação de sentidos. Isso por si só justificaria agrupar pensadores desde Vygotsky e Mead a Merleau-Ponty e Gibson, entre muitos outros, mesmo que eles não enfatizem primariamente a interação social. Já que o dialogismo tem uma base fortemente empírica, Linell sustenta que as abordagens como análise da conversação, etnometodologia, semiótica sociocultural, entre outras, têm muito a oferecer ao dialogismo. O que importa aqui é a divisão entre monologismo e dialogismo. Linell caracteriza como monologismo o processamento de informações das teorias da cognição, que concebem a comunicação como simples transferência de mensagens entre o emissor e o receptor. O monologismo ademais inclui as concepções que consideram a linguagem como composta de sinais estáticos e significados fixos, enquanto os contextos são encarados como exteriores a ela e ao seu uso, ao pensamento e à comunicação (Linell, 2009, p. 36). Ao analisar detidamente essas questões, a perspectiva de Linell deduz que, se uma teoria não pode ser caracterizada como monológica nos termos por ele propostos, ela pode oferecer, tanto teórica quanto empiricamente, algo às abordagens dialógicas.

No outro polo desse amplo conceito de dialogismo estão as abordagens contemporâneas da linguística dialógica francesa, baseando-se e desenvolvendo as ideias de Bakhtin. Aplicando uma abordagem dialógica na gramática, esses linguistas dialógicos analisam expressões e discursos. Por exemplo, fazem uma distinção linguística entre locutor e enunciador (Bres, 1998, 1999; Bres & Verine, 2002; Salazar Orvig, 2005; Vion, 1998, 2001), isto é, entre aquele que diz “Eu” e o outro que apresenta o ponto de vista de outros, respectivamente. Pelo uso de várias estruturas gramaticais como modalizações, posicionamento, conceitos deônticos e outros meios, aqueles que falam podem distanciar-se ou aproximar-se daquilo que estão na verdade afirmando (Salazar Orvig, 2005; Salazar Orvig & Grossen, 2008). Contudo, mesmo nessas abordagens baseadas na linguística, há grandes diferenças. Por exemplo, enquanto Bres e seus colegas atêm-se à análise gramatical de expressões, Salazar Orvig e Grossen combinam linguística dialógica com análise dos fenômenos psicológicos sociais, como confiança (e.g. Grossen & Salazar Orvig, 2014) e práticas clínicas e terapêuticas (Grossen & Salazar Orvig, 2011).

3. Abordagens dialógicas como alternativa para o estudo da mente humana

A ampla concepção da “virada dialógica”, englobando um amplo espectro de abordagens e epistemologias dialógicas, pode ser vista como resposta a no mínimo duas tendências marcantes.

Inicialmente, podemos considerar a “virada dialógica” como uma alternativa às perspectivas estreitas do individualismo e do cognitivismo, os quais dominavam muitas áreas das ciências sociais e humanas, tentando imitar as ciências naturais. Essas perspectivas desenvolveram-se ao longo de dois ou três séculos, mas no rescaldo da Segunda Guerra Mundial tornaram-se ainda mais pregnantes. Hans-Georg Gadamer (1975, p. 3) observa em *Truth and Method* que, como as ciências naturais, as ciências humanas passaram a se interessar por estabelecer padrões similares e regulares no comportamento humano, o qual se conformaria a leis rígidas, permitindo assim previsões de comportamento. O método indutivo tornou-se o escolhido para o estudo de muitos domínios das ciências humanas: “Tem-se que pensar apenas na psicologia social” (Gadamer, 1975, p. 4). Essa abordagem assume também que os fenômenos sociais deveriam ser tratados como a-históricos e a-culturais. Os estudos sobre a sociedade, como ocorre com os da natureza, precisam ser replicáveis; a possibilidade de repetição define sua confiabilidade científica. Acima de tudo, a confiança no poder da ciência foi re-lacionada à visão de que na sua trajetória histórica, a humanidade se livraria dos modos de pensar irracionais, dos mitos e das crenças supersticiosas, e progrediria em direção à racionalidade; *logos* substituiria *mythos* (Capítulo 1). O filósofo britânico Bertrand Russell manifestou sua confiança no poder das ciências ao afirmar que, um dia, se desenvolveria “uma matemática do comportamento humano tão precisa quanto a das máquinas” (Russell, 1956, p. 142).

A segunda tendência que parece ter encorajado a “virada dialógica” foi a reação contra a dominação tecnológica que invadiu todas as áreas da vida humana. Esta última enfatiza a eficiência, o mercado e o dinheiro, e a quantificação dos fenômenos, como satisfação na vida, sentimentos de injustiça ou confiança nos outros. Nessa direção, os avanços tecnológicos nas neurociências, na fisiologia e nas ciências médicas trouxeram uma influência poderosa na tecnicização e burocratização das ciências humanas e sociais. O anonimato dos números, por trás da fachada de precisão e ao dar à burocratização uma aparência científica, atingiu aqueles que insistem na singularidade e na totalidade dos seres humanos.

Em contraste com as perspectivas que fragmentam os indivíduos em elementos e estudam em separado a cognição e o conhecimento “neuro” e

“objetivo”, as abordagens dialógicas focam na interação e interdependência entre o Ego e os Outros, e em sua experiência engajada, no conhecimento e comunicação na vida cotidiana.

4. Mente dialógica

A perspectiva adotada em *Mente Dialógica: Senso Comum e Ética* endossa o argumento geral das abordagens dialógicas que colocam em primeiro plano a interação entre o Ego e os Outros como ponto de partida. Mais do que isso, a perspectiva dialógica apresentada neste livro pressupõe que a natureza da interdependência Ego-Outro é ética e que esta está enraizada no pensamento do senso comum e no conhecimento socialmente compartilhado. Expliquemos.

Uma grande parte da literatura sobre senso comum refere-se à sua oposição ao conhecimento científico, defendendo arduamente e disputando os méritos e desvantagens de um sobre o outro. O senso comum, como veremos, pode envolver diferentes espécies de conhecimento cotidiano, que podem dizer respeito aos fenômenos físicos, biológicos e sociais. Meu foco neste livro não se situa prioritariamente na oposição entre senso comum e ciência; em vez disso, enfatizo o senso comum com um sentido dialógico, isto é, como uma característica vital da interação social e comunicação subjacente à ética do Ego-Outro.

Já discuti em outro momento que a interdependência Ego-Outro é o *thema* básico do senso comum na interação social (Marková, 2003a). Originalmente, *thema* e *themata* foram definidos como concepções na ciência baseadas historicamente, como oposições diádicas como átomos *versus* massa contínua, análise *versus* síntese, ou simplicidade *versus* complexidade (Holton, 1975). Segundo Holton, tais oposições diádicas na ciência explicam a formação de tradições em escolas específicas de pensamento na física. No entanto, não apenas no pensamento científico, mas também no cotidiano, constituído por oposições diádicas. As pessoas entendem suas relações, tanto quanto acontecimentos do dia-a-dia, como bons ou maus, morais ou imorais, justos ou injustos e assim por diante. Tais *themata* são estabelecidos historicamente e culturalmente como base do senso comum. Podem estar implícitos no pensamento cotidiano e se perpetuarem, na e por intermédio da socialização, nas tradições e culturas (para uma discussão de *themata*, vide Marková, 2003a; Moscovici & Vignaux, 1994/2000). Ao longo da socialização, a criança aprende muito naturalmente a distinguir entre conduta moral e imoral, em quem confiar ou não. Nas sociedades humanas, tais *themata* são parte do senso comum implicitamente adotado;

parecem vitais para a sobrevivência e prolongamento da vida. Por exemplo, é essencial para a humanidade que as pessoas tratem umas às outras com dignidade, que façam escolhas com respeito a suas atividades, estilo de vida, que saibam distinguir entre o que é bom para elas e o que devem evitar. Essa assunção, à qual voltarei ao longo do livro, contrasta o senso comum, incorporado ao pensamento dialógico, com o pensamento fundamentado unicamente nas capacidades mentais do indivíduo: esta última espécie de pensamento é habitualmente referida como “objetiva” ou “racional”.

Ética e moralidade são conceitos fundamentais da filosofia, das ciências humanas e sociais, tanto quanto da vida profissional e diária. Usadas frequentemente de modo intercambiável, ética e moralidade referem-se principalmente aos deveres do indivíduo para pensar e agir moralmente. Esses deveres derivam-se comumente dos imperativos universais que se aplicam a todos os seres humanos capazes de pensamento racional. Tais imperativos são normativos e prescritivos. Estão costumeiramente relacionados à ideia de que os seres humanos estão equipados com a capacidade intuitiva inata de apreender diretamente o que é bom e o que é moralmente repreensível, e de saber o que se deve ou não fazer em dada situação.

Nas filosofias ocidentais, as ideias focadas na racionalidade universal mantiveram-se, ao longo da história, desde a filosofia grega antiga até Emanuel Kant, ligadas à ética e à moralidade intuitivas contemporâneas. Em outras palavras, de acordo com essa posição, cada pessoa nasce com a capacidade de apreender os imperativos morais básicos graças a sua *racionalidade individual*.

Entendo que cada indivíduo é capaz de julgamentos éticos e morais, mas pressuponho que essa capacidade não surge na mente de um único indivíduo devido a sua racionalidade cognitiva inata, mas que sua natureza é dialógica. Foi adquirida ao longo do desenvolvimento histórico e cultural da espécie humana como seres humanos. Assim, a ética discutida neste livro não se baseia na *racionalidade individual*, mas na *racionalidade dialógica*. É de vital importância saber que quando nos referimos à racionalidade individual e dialógica estamos lidando com duas formas de pensamento diferentes que determinam as espécies de perguntas que nos colocamos sobre as pessoas e suas capacidades mentais. Os conceitos de racionalidades individual e dialógica têm implicações fundamentais para questões sobre a natureza da linguagem, do pensamento e do conhecimento, sobre as ações individuais e sociais, e sobre ética e moralidade.

O conceito de ética baseada dialogicamente foi firmemente estabelecido tanto em estudos teóricos quanto empíricos. Filosófica e teoricamente, a ética baseada na interdependência entre o Ego e o Outro(s) como um ponto de

partida ontológico (existencial) pode ser rastreada no filósofo do século XVIII Giambattista Vico (Capítulo 2) e daí para o pensamento ético das filosofias dialógicas germânicas (Capítulo 4).

Empiricamente, durante os últimos sessenta anos, tem havido uma grande quantidade de estudos de Psicologia sobre os primeiros momentos de vida de bebês em relação ao reconhecimento facial, à imitação, à comunicação, ao ritmo interativo e reconhecimento de vozes. Esses estudos nos fornecem evidências das ricas capacidades de interação social com as quais o neonato está dotado ao nascer. A literatura de pesquisa mostra bebês expostos ao rosto humano imediatamente após o nascimento. No seu clássico estudo sobre padrões de reconhecimento em infantes, Fantz (1963) afirmou que embora o mecanismo subjacente à sua preferência por rostos em relação a outros objetos não seja conhecido, tal fato deve facilitar o desenvolvimento de responsividade social, porque “aquilo a que se reage, tem que ser levado em consideração primeiro” (Fantz, 1963, p. 297; vide também a ampla revisão sobre a atenção seletiva de infantes voltada para rostos de Otsuka, 2014).

Uma resposta a um rosto humano não é “desengajada”, “neutra” ou “objetiva”, mas o rosto humano obriga o Ego e o Outro a se envolverem em uma ação dialógica (vide Parte II). Uma ação dialógica decorrente das capacidades dialógicas da mente para se ligar ao Outro se origina nas atividades sociais inconscientes transmitidas pela tradição e senso comum para as interações sociais reflexivas. Isso quer dizer que os seres humanos agem com o objetivo de promover o que consideram bom, justo e valioso; mesmo que se o que alguns consideram bom, justo e valioso, outros possam julgá-lo como miséria, injustiça, sem valor ou mesmo aterrador. Qualquer que seja o significado de bom, justo e valioso, a ética baseada nas capacidades dialógicas da mente e na ação dialógica relaciona-se à satisfação de viver (Taylor, 2011).

Foi Paul Ricoeur que enfatizou a ideia da ética como “vida boa”. Ele defendia a prioridade da ética, isto é, a busca do Ego pela “vida boa” com Outros e com instituições baseadas na justiça, sobre o que é habitualmente conhecido como moralidade normativa. Esta, embora indispensável à vida social, tem que ser subsumida à ética (Ricoeur, 1990/1992; vide Capítulo 5). A Ética baseada na interdependência entre o Ego-Outro(s) permeia todo o pensamento, a comunicação e a ação cotidiana e é, portanto, do maior interesse para a psicologia social. Ela contradiz a perspectiva cognitiva neutra e objetiva e o processamento da informação. Eis por que as relações éticas nos fornecem o conceito central para a mente dialógica e, igualmente importante, para as práticas profissionais dialogicamente baseadas.

Parte I

Pensamento e conhecimento
“superior” e “inferior”

Ao longo da história da humanidade, desde Platão a Einstein e mais além, podem-se rastrear duas espécies de pensamento e conhecimento: um aristocrático e outro plebeu ou um elitista e outro popular, *logos* e *mythos*, racionalidade e irracionalidade, episteme e doxa, científico e não científico, entre outros. O primeiro termo em cada um desses pares de noções refere-se a um conhecimento “superior” e o segundo, a um “inferior” (Moscovici, 2011). Esses modos de pensar são conhecidos desde a Grécia antiga. Embora haja amplas variações entre os significados desses termos e respectivas epistemologias, pode-se, no entanto, fazer uma observação bastante simples.

Muito da literatura especializada no assunto tem considerado o primeiro modo de pensar e conhecer mais respeitável em comparação com o último. Tal avaliação está associada à assunção de que, ao longo de sua trajetória, os progressos da humanidade do *mythos*, da irracionalidade e do pensamento não científico, alcançaram o *logos*, a racionalidade e o pensamento científico. Essa ideia seduziu por séculos e muitas tentativas têm sido feitas para demonstrar que a mente humana, por intermédio do ensino e da aprendizagem, se liberta gradativamente do modo “inferior” de pensamento e conhecimento.

Como se podia esperar, nem todos concordaram com esse ponto de vista. Para alguns estudiosos, esses dois modos de pensamento e conhecimento cumprem papéis similares, ambos tentando entender as questões essenciais da natureza do mundo (e.g. Aristóteles, 1998; Jacob, 1981/1982), apesar de lançarem mão de diferentes estratégias. Outros sugeriram que qualquer divisão rígida entre pensamento “superior” e “inferior” carece de base. Albert Einstein afirmou que tal separação é ilusória. Em suas observações sobre o filósofo britânico Bertrand Russell, referiu-se a dois tipos de ilusão. A primeira expressa uma ilusão aristocrática; representa a crença em um poder ilimitado do pensamento. A segunda, um realismo plebeu ingênuo; trata-se da crença no poder da percepção sensorial que considera que as coisas são exatamente o que parecem ser, ao percebê-las por meio de nossos sentidos (Einstein, 1944, p. 281). Essa última ilusão é comum na vida cotidiana das pessoas, mas é também o ponto de partida das ciências naturais. Outros estudiosos afirmam ainda que se trata de ficção pensar que a mente humana, ao longo de sua trajetória histórica, progrediu da irracionalidade para a racionalidade. Em vez disso, forneceram evidências mostrando que os seres humanos nunca rejeitaram o pensamento mítico e a irracionalidade (Capítulo 1).

Apesar dos pontos de vista de profissionais e leigos muito diferentes sobre esses dois modos de pensar e conhecer, a crença em sua realidade não diminuiu. As duas espécies de pensar e conhecer, e suas várias combinações, estão

presentes nos modos com que nossas experiências de vida são organizadas e nos meios pelos quais cada conhecimento é adquirido. A visão de que o pensamento científico, o que quer que possa significar, é “superior” a todas as outras formas de pensamento não só persiste como domina a maioria das áreas da vida contemporânea, incluindo educação, política, economia, bem como outras áreas das ciências humanas e sociais.

Estas se constituíram em fins do século XVIII e durante o século XIX, quando gradualmente se separaram da filosofia da natureza e das ciências naturais. Foram criadas novas disciplinas como antropologia, sociologia e psicologia e suas respectivas subdisciplinas. Campos acadêmicos nunca emergem no vácuo, mas fazem parte das condições sociais, políticas e econômicas de sua época. Tratados da história das novas disciplinas emergentes, como a antropologia e a sociologia, referem-se ao clima político, particularmente na Alemanha e países centro-europeus.

Desde o século XVIII, travaram-se debates pró e contra a formação de nações modernas, e os estudos de suas línguas, comunidades e histórias, tanto quanto o espírito coletivo das pessoas, foram amplamente discutidos (e.g. Diriwächter, 2012; Jahoda, 1982; 2007; Klautke, 2010). Os interesses sobre essas questões foram subsumidos em nomes como “o espírito do povo”, “psicologia social”, “*Völkerpsychologie*”, entre outros. Um dos líderes desses movimentos, Johann Gottfried von Herder, promoveu a ideia de *Volkgeist* (espírito do povo) e *Volk poetry* (poesia do povo), e as crenças e mitos nas diversas culturas. Argumentava que esta era a única poesia verdadeira e sintetizava o padrão de uma língua (Herder, 1877-1913/1967, IX, p. 529). Segundo ele, cada nação tem que ser compreendida em suas próprias premissas; assim, o comportamento das pessoas deveria ser explicado em termos de suas culturas, em vez de pela imposição de critérios de outras épocas e nações. É preciso sentir-se empatia para com as perspectivas de outras nações para que se possa entendê-las. Herder pressupunha que as línguas são formas de autoexpressão das pessoas e que se desenvolvem em íntima relação com o sentimento de nacionalidade. Assim, ele expressava a perspectiva que já havia sido lançada meio século antes por Giambattista Vico (vide Capítulo 2).

Os primórdios da antropologia, da psicologia social e da etnologia foram entrelaçados (Jahoda, 1982) e anteciparam os dez volumes da *Völkerpsychologie* de Wilhelm Wundt, publicados durante os anos 1900-1920. Wundt é conhecido como o pai da psicologia experimental, embora tenha enfatizado que sua *Völkerpsychologie*, frequentemente traduzida como “psicologia social” (Greenwood, 2004), era uma importante contrapartida em relação à psicologia

experimental. Ele reconhecia que esta não poderia estudar os complexos produtos mentais das comunidades, como o idioma, os mitos e costumes, que requeriam uma análise histórica e comparativa. Tais fenômenos dependiam da comunidade social, e “todo esse departamento da investigação psicológica é designado como psicologia social, e distinto do individual, ou, como pode ser chamado por causa de seu método predominante, psicologia experimental” (Wundt, 1897/1902, p. 23 como citado em Greenwood, 2004, p. 45). Os aspectos sociais da cognição, da emoção e do comportamento do indivíduo tinham que ser estudados em níveis supraindividuais. E isso só era possível por meio de uma antropologia concebida como um estudo histórico-comparativo e diacrônico das línguas, mitos e costumes (Greenwood, 2004). Assim sendo, em seu início, a psicologia social incluía o estudo da língua, das ideias mitológicas e das leis dos costumes; em outras palavras “os processos psíquicos mais complexos” (Wundt, 1897/1902, p. 10 como citado em Greenwood, 2004, p. 50) aninhados na comunidade social e podia ser estudada por meio da observação. No entanto, também vale a pena lembrar que a associação entre psicologia social e antropologia não durou e que logo depois de Wundt ter publicado suas ideias, a primeira seguiu o caminho da psicologia geral como ciência natural.

Em fins do século XIX, a psicologia geral tornou-se uma disciplina relativamente bem desenvolvida, estudando as características e processos mentais e comportamentais do indivíduo. Já naquele tempo, alguns estudiosos assumiram posição crítica em relação à psicologia que promovia o individualismo e à suposição de que o indivíduo adquire conhecimento com base nas sensações e cognições produzidas em suas mentes. Um dos mais persistentes críticos do individualismo nas ciências sociais e humanas foi James Mark Baldwin. Pode-se imaginar por que esse firme contestador do positivismo e do individualismo, que preparou o terreno e contribuiu criativamente para as psicologias social e do desenvolvimento, figura tão raramente nos estudos da história dessas disciplinas. Ao fim do século XIX, Baldwin (1897) defendeu em seu livro *Social and Ethical Interpretations of Mental Development* que a disciplina de psicologia social não existia porque não havia o princípio de *socius*, isto é, a relação dialética entre o Ego e o Alter. Defendeu essa ideia em todos os seus escritos, insistindo que as teorias que ignoram a origem social do conhecimento “devem ser colocadas no sótão onde os velhos equipamentos intelectuais estão guardados” (Baldwin, 1910, p. 78; Marková, 1990).

Baldwin não foi o único que brigou pelo princípio de *socius*. Da mesma forma, John Dewey (1917) defendeu o estabelecimento de uma psicologia social, vista por ele como particularmente importante no campo da educação.

Acreditava que esta precisava de reformas e insistiu que as instituições educacionais deveriam romper com hábitos passados.

Apesar dessas observações e críticas, nas tentativas de alcançar o *status* de uma disciplina científica racional, a posição da psicologia social permaneceu ambivalente, continuamente oscilando entre, por um lado, o individualismo da psicologia geral, e por outro, a antropologia e a sociologia, disciplinas socialmente orientadas (de Bie et al., 1954; Moscovici & Marková, 2006).

A Parte I deste livro mostra que a história tende a se repetir e que as decisões políticas, religiosas e ideológicas determinam amplamente a direção das humanidades e ciências. Os compromissos e silêncio de cientistas, devido ao medo de perseguição e punição, quer seja pela Igreja, pelo Estado, pelo Partido ou pelos burocratas modernos, persistem e continuam a determinar o que é ou não aceitável como “ciência”. O que talvez seja novo é o discurso com que a burocratização e a construção da “gaiola de ferro” da racionalização de Weber legitimam atividades para as quais se encontra pouca ou nenhuma justificativa.

O Capítulo 1, *Do mythos e irracionalidade ao logos e à racionalidade*, mostra que desde a Grécia antiga a divisão entre *mythos* e *logos* criou polêmicas. Enquanto muitos autores argumentavam que a humanidade seguia o caminho unidirecional do *mythos* para o *logos*, outros se mostraram céticos a respeito. As evidências de que a ciência tinha efeitos profundos na educação pública também contribuíram para a criação de novos mitos. A combinação de mito e ciência não caracteriza apenas o pensamento de leigos e divulgadores da ciência; cientistas também, com ou sem consciência disso, mostram-se propensos a propagar “mitos científicos”.

Assim como a oposição entre *mythos* e *logos*, a distinção amplamente difundida entre pensamento irracional e racional persistiu ao longo da história europeia até os dias de hoje. Irracionalidade quase sempre teve uma conotação negativa; portanto, as ciências sociais tentaram aumentar sua racionalidade ou trazer à baila diferentes significados de racionalidade.

O Capítulo 2, *Em direção ao senso comum de Giambattista Vico*, busca as raízes históricas do senso comum desde Aristóteles, passando pela revolução científica dos séculos XVI e XVII. As ideias associadas à revolução científica deram origem a novas perspectivas em artes, artesanatos e tecnologia, todas influenciando a emergência das ciências sociais. O capítulo enfoca o trabalho do estudioso italiano Giambattista Vico, o qual, em muitos pontos, pode ser visto como um precursor da ideia de mente dialógica. Para ele, os seres humanos humanizam a natureza ao agir sobre ela, ao estabelecer comunidades, instituições sociais, tradições e organizações políticas. É o senso comum que constitui

a base da historicidade. Da sua crítica ao método cartesiano, Vico desenvolveu uma concepção moderna de senso comum baseada no *verum factum*, a lógica da imaginação, da linguagem e da ética.

O Capítulo 3, *Senso comum nas ciências humanas e sociais*, discute algumas ideias de senso comum pós-Vico e o modo como foram tematizadas nas ciências sociais, na filosofia e na psicologia social. Alguns estudiosos argumentam que há fronteiras rígidas entre ciência e senso comum, enquanto outros encaram os dois como um *continuum*. A psicologia social oscila entre posições polarizadas. Por um lado, não pode deixar de estudar o pensamento cotidiano das pessoas, suas atitudes expressas na linguagem, nas ações e sentimentos ordinários – contudo, tem que prestar no mínimo alguma atenção ao senso comum. Por outro lado, desde sua origem, aspirou alcançar o *status* de ciência e, por conseguinte, o estudo do senso comum representa uma espécie de constrangimento. Assim sendo, ela busca uma ruptura entre ciência e senso comum e aumentar o hiato epistêmico entre eles. A teoria das representações sociais de Serge Moscovici é a única que explicitamente se baseia no senso comum e no conhecimento socialmente partilhado.

O diálogo tornou-se um conceito teórico central em ciências humanas e sociais, assim como para profissionais da educação, da saúde e da psicoterapia. Essa “virada dialógica” da contemporaneidade enfatiza a importância das relações sociais e da interação em nosso comportamento e em como damos sentido ao mundo. Neste livro, por meio da combinação de trabalhos teóricos e investigações empíricas rigorosas, Ivana Marková apresenta a ética da dialogicidade como alternativa à estreita perspectiva do individualismo e do cognitivismo que tem tradicionalmente dominado o campo da psicologia social. A sua perspectiva dialógica, que foca a interdependência entre Eu e Outros, oferece base teórica consistente para compreender, analisar e discutir questões sociais complexas.

“No notável *Mente dialógica: senso comum e ética*, a pesquisa é puxada até os próprios fundamentos do pensamento dialógico, bem como até as implicações concomitantemente empíricas e práticas”.

Tania Zittoun, University of Neuchâtel

Chaire franco-brésilienne Serge Moscovici



Liberté • Égalité • Fraternité
RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

Consulado Geral da França
em São Paulo

 Fundação Carlos Chagas

 CIERS-ed

 fondation
maison des
sciences
de l'homme

Réseau Mondial
Serge Moscovici

 PUCPRESS

ISBN 978-85-68324-91-2



9 788568 324912